

Comissão de Economia, Obras Públicas,
Planeamento e Habitação

Registo E_COM6XV/2023/167
Data 28/09/2023

Exmo. Senhor Presidente da Comissão de
Economia, Obras Públicas, Planeamento e
Habitação
Deputado Afonso Oliveira

S. Bento, 27 de setembro de 2023

Assunto: Requerimento dos estudos de avaliação à Infraestruturas de Portugal, IP, que levaram à decisão do traçado da linha de Alta velocidade.

A mobilidade em Portugal está, ainda, demasiado dependente da utilização do transporte individual. Isto traz problemas de várias ordens: problemas de poluição e respetivas consequências a nível de alterações climáticas; manutenção da dependência de combustíveis fósseis; desigualdade no acesso de todos e todas ao direito à mobilidade.

Na verdade, ao longo de décadas a opção política foi de desinvestimento brutal na ferrovia e aposta no crescimento da rede viária. Esta última opção permitiu, é certo, ligar os vários territórios do país, mas foi um erro tremendo fazê-lo à custa do encerramento de estações de comboio, diminuição do número de quilómetros de linha ferroviária, cuja consequência foi a destruição de uma parte relevante da coesão territorial: uma rede nacional ferroviária.

Chegados a 2023, continuamos, no campo da mobilidade, a ter muito caminho para percorrer. O investimento em ferrovia está no papel, mas avança com uma lentidão que não se coaduna com as necessidades prementes do território, do ambiente e dos rendimentos das populações. Estamos cientes de que continuar, permanentemente, a aumentar a oferta é essencial e temo-lo defendido. O investimento na ferrovia é um dos desígnios mais importantes para o país, seja pelos ganhos ambientais claros, seja pelas vantagens para a saúde pública e qualidade de vida das populações. Por isso, é urgente reforçar o investimento na ferrovia, não deixando para trás nenhum território do país. Pelo contrário, deve

ser dada prioridade aos locais que mais dificuldades apresentam atualmente, por forma a responder efetivamente aos problemas de coesão territorial e desertificação do interior.

Finalmente, em novembro de 2022, o governo apresentou o Plano Ferroviário Nacional (PFN), que revela como o primeiro investimento transformador é a construção de uma nova Linha de Alta Velocidade (LAV) entre o Porto e Lisboa. Segundo o PFN, A LAV Porto/Lisboa está planeada para se desenvolver em três fases: Fase 1 (Porto/Soure), 2024/28; Fase 2 (Soure/Carregado), 2026/30 e Fase 3 até Lisboa a partir de 2030.

No Porto, segundo notícia do Expresso de maio, a inserção da linha ferroviária de alta velocidade na estação de Campanhã, no Porto, vai afetar os conjuntos habitacionais conhecidos como 'ilhas'. Os bairros afetados pelo projeto terão uma população de 46 famílias e 96 indivíduos, estimando-se que possam ser afetadas diretamente pelo projeto cerca de 15 famílias e mais de 30 pessoas.

Em Coimbra, realizou-se uma sessão de discussão pública promovida pela Agência Portuguesa do Ambiente, o presidente da União de Freguesias de São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades. Vários cidadãos e dois presidentes de Juntas de Freguesia de Coimbra mostraram-se preocupados com os impactos que a futura linha de alta velocidade terá no concelho, nomeadamente em habitações que serão afetadas. Jorge Veloso, presidente da junta de freguesia, defendeu que o projeto deveria optar por um traçado que passasse pelos campos agrícolas, ao invés de passar pela zona edificada, considerando que há correções que devem ser feitas “entre Taveiro e Bencanta”. Na resposta, o vice-presidente da Infraestruturas de Portugal (IP), Carlos Fernandes, vincou que, nesta fase, está-se a trabalhar o estudo prévio “em centenas de quilómetros de traçados”, com um projeto ainda sem “um grau fino de detalhe”, avança um meio de comunicação da região.

Também a população Leiria levanta sérias dúvidas sobre o projeto na região. Segundo o Jornal de Leiria, as populações não têm quaisquer informações técnicas disponibilizadas nem pela câmara, nem pela IP e nem pela comunicação social sobre a LAV em Leiria. No entanto, num documento de junho deste ano, a junta de freguesia de Amor já expressou a sua posição referente a duas soluções (A e B) do trajeto da LAV no território. Em Amor, a solução A tem implicações em edificados habitacionais e económicos, enquanto a solução

B antevê perturbações no trânsito e nos sistemas de drenagem de água. Portanto, aparentemente, as informações já existem e não estão a ser divulgadas às populações.

A decisão do Governo de aproveitar o troço da Linha do Norte entre o Carregado e Lisboa para a passagem também de comboios de alta velocidade veio retomar a necessidade de requalificar e quadruplicar o troço ferroviário compreendido entre Alverca e Castanheira do Ribatejo. No dia 5 de maio de 2023, foi realizada uma reunião de Câmara de Vila Franca de Xira onde a Infraestruturas de Portugal (IP) apresentou os primeiros documentos disponíveis para a conceção/construção do projeto de modernização da Linha do Norte entre Alverca e Castanheira do Ribatejo. Esta reunião levantou mais dúvidas e preocupações do que rejúbilos. As populações dos municípios de Vila Franca de Xira e Alhandra consideram que a proposta de quadruplicação da linha ferroviária no troço Alverca e Castanheira do Ribatejo, tal como está neste momento pensada, representa um impacto brutal para ambas, que dificilmente superarão.

O Bloco de Esquerda entende que um projeto com esta dimensão, não pode menosprezar os efeitos que vai produzir na vida das comunidades que impactua, existe o dever de fundamentar as opções tomadas e de informar sobre as alternativas e os respetivos impactos sociais, ambientais, patrimoniais e económicos

Atendendo ao exposto, ao abrigo das *disposições constitucionais e regimentais aplicáveis*, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio solicitar à Infraestruturas de Portugal, IP.:

1. *Os estudos de impacto que fundamentam as opções que têm vindo a ser apresentadas pela Infraestruturas de Portugal, IP. sobre o traçado da linha de Alta velocidade;*
2. *Toda a documentação referente ao projeto do traçado da Linha de Alta Velocidade.*

A Deputada do Bloco de Esquerda,

Isabel Pires